

PRINCIPAIS JULGAMENTOS E PAUTAS EM ÂMBITO TRIBUTÁRIO  
Atualizado em 07 de julho de 2021

PAUTADOS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

Recurso	Tema em Discussão	Status
RE 1063187	<b>Tema 962</b> - Incidência do IRPJ e da CSLL sobre a recebida pelo contribuinte na repetição do indébito.	Pauta do dia 05/08/2021
ADI 4787	Constitucionalidade da TFRM do Estado do Amapá (Lei nº 1.613/2011).	Pauta do dia 08/09/2021
ADI 4785	Constitucionalidade da TFRM do Estado de Minas Gerais (Lei nº 19.976/2011).	Pauta do dia 08/09/2021
RE 677725	<b>Tema 554</b> - Fixação de alíquota da contribuição ao SAT a partir de parâmetros estabelecidos por regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Social (FAP).	Pauta do dia 09/09/2021
RE 816830	<b>Tema 801</b> - Constitucionalidade da contribuição ao SENAR sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, nos termos do art. 2º da Lei 8.540/1992, alterações posteriores do art. 6º da Lei 9.528/1997 e do art. 3º da Lei 10.256/2001.	Pauta do dia 06/10/2021
RE 611601	<b>Tema 281</b> - Contribuição para a seguridade social a cargo das agroindústrias sobre a receita bruta prevista na Lei nº 10.256/2001.	Pauta do dia 06/10/2021
RE 605506	<b>Tema 303</b> - Cobrança de IPI na base de cálculo do PIS e da COFINS exigida e recolhida pelas montadoras de veículos em regime de substituição tributária.	Pauta do dia 07/10/2021
RE 835818	<b>Tema 843</b> - Possibilidade de exclusão da base de cálculo do PIS e da COFINS dos valores correspondentes a créditos presumidos de ICMS decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal.	Pauta do dia 17/11/2021

**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)**

<b>Recurso</b>	<b>Tema em Discussão</b>	<b>Status</b>
<b>RE 796939</b>	<b>Tema 736</b> - Constitucionalidade da multa prevista no art. 74, §§ 15 e 17, da Lei 9.430/1996 para os casos de indeferimento dos pedidos de ressarcimento e de não homologação das declarações de compensação de créditos perante a Receita Federal.	Pauta do dia 18/11/2021
<b>RE 599658</b>	<b>Tema 630</b> - Inclusão da receita decorrente da locação de bens imóveis na base de cálculo da Contribuição ao PIS, tanto para as empresas que tenham por atividade econômica preponderante esse tipo de operação, como para as empresas em que a locação é eventual e subsidiária ao objeto social principal. Possibilidade de extensão do entendimento a ser firmado também para a Cofins.	Pauta do dia 09/12/2021
<b>RE 955227</b>	<b>Tema 885</b> - Efeitos das decisões do STF em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.	Pauta do dia 15/12/2021